

A CLASSE OPERÁRIA

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 88

Agosto de 1974



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Ano X

Acordo Nocivo e Impatriótico

O acordo para o fornecimento do gás boliviano ao Brasil, assinado em Cochabamba por Geisel e seu parceiro Hugo Banzer, representa um novo passo da política expansionista levada a efeito pela ditadura militar-fascista. Este acordo, que atende a exigências das forças reacionárias brasileiras e do imperialismo norte-americano, é profundamente prejudicial aos verdadeiros interesses do Brasil e da Bolívia. Somente pode suscitar o repúdio de todos os patriotas, a mais enérgica condenação dos democratas de nosso país.

Sob o pretexto de colaboração e ajuda mútua, o governo brasileiro, através desse convênio, põe a mão nas imensas reservas de gás da Bolívia. Construirá extenso gasoduto desde a província de Santa Cruz de la Sierra até o Estado de São Paulo para o transporte do combustível, que será fornecido ao Brasil em caráter prioritário, durante vinte anos, e a um preço reduzido. Simultaneamente, implantará um complexo industrial, com base no minério de ferro de El Mutum, na fronteira entre os dois países, tendo em conta uma pretensa compensação ao negócio com o gás. Um e outro projetos atendem objetivos políticos e econômicos traçados pela ditadura militar brasileira.

O fato vem levantando justificados protestos na Bolívia e em vários países do Hemisfério. Banzer é apontado como traidor e fascista. Os mineiros de Oruro decretaram luto por dez dias devido à assinatura do acordo de Cochabamba; os universitários de La Paz realizaram uma greve geral na qual condenaram a venda do gás; exilados bolivianos na Venezuela e no México proclamaram o Dia da Vergonha, afirmando que se trata da hipoteca do futuro de sua pátria; Guevara Arce, do Partido Revolucionário Autêntico, deportado para o Paraguai, declarou em Assunção que fora expulso "por causa de graves problemas que afetam o país, entre os quais o convênio sobre a alienação do gás boliviano; o ex presidente Siles Suazo disse em Buenos Aires que o ajuste "é um novo ato de política entreguista". Como é sabido, o entreguismo no Brasil é firmemente condenado por extensos setores da população. Há muitos anos, o povo brasileiro vem lutando em defesa de suas riquezas e contra a entrega das mesmas aos monopólios estrangeiros que delas se apossam em larga escala. Compreende por isso a justa indignação dos bolivianos ao se oporem a um acordo que golpeia seriamente a nação irmã, uma vez que o combustível ora concedido devia favorecer o seu desenvolvimento independente. Está solidário com os que combatem a decisão vende-pátria de Banzer e levanta sua voz para verberar a atitude dos gorilas brasileiros cuja conduta provoca animosidade a nossa terra.

A ditadura militar, sustentada pelos imperialistas ianques, realiza há dez anos uma política de constante violência contra os patriotas e as massas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, estende suas garras aos países limítrofes. Sob a égide dos Estados Unidos, o Brasil converteu-se num centro de reação continental. Os golpes de Estado na Bolívia, Uruguai e Chile contaram com a ativa participação dos governantes de Brasília. A repressão que se abate nesses países é estimulada pelos generais fascistas. Por trás deles estão a CIA, o Pentágono, os banqueiros norte-americanos e a reação brasileira. Para os militares, o fascismo no sul do Continente é garantia de continuidade do regime im-

plantado pela força no Brasil. Temem os movimentos democráticos e populares nas fronteiras pelo que possam significar como incentivo à luta contra o despotismo. E não apenas por isso. O fascismo serve aos seus desígnios expansionistas.

Nestes últimos anos, o Brasil, sob um governo ditatorial, tem procurado espoliar outros povos. O projeto de construção da hidrelétrica de Itaipu, nos limites com o Paraguai, e o ajuste de Cocha-bamba visam a tais propósitos. Têm a mesma finalidade os planos em andamento de criação de empresas binacionais - para a exploração de carvão na Colômbia e de cobre no Chile. No terreno financeiro, realiza-se também um processo espoliativo. O Banco do Brasil teve, o ano passado, um lucro no Paraguai superior ao de todos os bancos daquele país. Os empréstimos ao Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia, além dos fins políticos, rendem elevados juros. A tendência cada vez mais acentuada das classes dirigentes do Brasil, respaldadas pelos monopolistas ianques, a explorar e a submeter povos e países vizinhos, reflete ambições imperialistas. Os generais no Poder pregam insistentemente a idéia do Brasil-potência, defendem teorias geopolíticas sobre o papel hegemônico do Brasil no Continente, buscam penetrar na África. E das idéias e teorias passam ao terreno da prática.

As classes dominantes tentam justificar esse procedimento alegando a necessidade do desenvolvimento nacional. Mas tais alegações não têm fundamento, são simples cortina de fumaça para esconder intentos usurpadores. Nosso país possui imensas riquezas e grande potencial energético, suficientes para proporcionar ilimitado avanço de sua economia. Estes recursos não são racionalmente utilizados nem devidamente pesquisados porque a vida econômica e política está orientada em função dos interesses de um punhado de exploradores nativos e do capital financeiro internacional. Um governo efetivamente popular será capaz de impulsionar de modo acelerado o progresso, apoiado nas próprias forças da nação.

O povo brasileiro opõe-se resolutamente a tão condenáveis tendências da ditadura militar-fascista. Ele nada tem a ganhar com semelhante expansionismo. Ao contrário. A exploração de outros povos reverte em benefício de uma minoria egoísta e de seus sócios estrangeiros, contribui para intensificar a dominação das classes retrógradas sobre a maioria da população. Os interesses reais da nação brasileira encontram-se na libertação do jugo dos monopólios internacionais, na liquidação do sistema do latifúndio, no desenvolvimento independente do país em proveito de seus filhos, na instituição de um regime democrático - que assegure os direitos dos trabalhadores, numa política de amizade e respeito mútuo com as nações do Hemisfério.

O acordo de Cocha-bamba precisa ser desmascarado e rejeitado. O povo do Brasil une-se ao povo irmão da Bolívia na luta comum contra o imperialismo e os regimes fascistas. Brasileiros e bolivianos enfrentam os mesmos males, combatem inimigos de igual jaez. Um e outro almejam a revolução, pois só a revolução liquidará o saqueio de suas riquezas e abrirá o caminho para a conquista de uma vida com liberdade, independência e justiça social.

OUÇA DIARIAMENTE :

RÁDIO TIRANA :	31 e 42 metros	-	Das 20 às 21 hs.	e
			Das 22 às 23 hs.	
RÁDIO PEQUIM: :	25 e 42 metros	-	Das 19 às 20 hs.	
	19,4 e 32 metros-		Das 21 às 22 hs.	

Dificuldades de Geisel

Depois da posse de Ernesto Geisel como ditador de turno, alguns fatos que vêm ocorrendo na vida política ajudam a compreender a situação nacional, a melhor definir o curso do apregoado processo de "aperfeiçoamento" democrático, o chamado modelo político que os generais querem impingir à nação, bem como a caracterizar os interesses a que esse modelo obedece.

Para ocupar a presidência, Geisel teve de barganhar e assumir compromissos com outras camarilhas militares, especialmente com a de Médici que estava no timão. Embora desmoralizada, esta alimentava propósitos continuístas, insistia na tese de que o modelo já estava estabelecido. Chegou a impor o general Adalberto Pereira dos Santos para a vice-presidência e queria exercer influência sobre o futuro governo. Por outro lado, o país, sofrendo as sequelas de quase dez anos da política traidora e liberticida dos militares, via crescer como nunca o descontentamento popular. Desenvolvia-se um sentimento comum pela volta ao Estado de Direito, pela vigência de autênticas franquias democráticas. Sem dúvida, estreitara-se seriamente o campo de ação e de apoio da ditadura.

Havia expectativas sobre os rumos que seguiria o novo ocupante do Palácio do Planalto. Como o próprio Geisel afirmou claramente, a missão que recebera de seus parceiros foi a de dar continuidade aos objetivos golpistas de 1964, a de salvaguardar o regime militar. Para cumprir esta finalidade ele devia, antes e acima de tudo, ampliar as bases de sustentação da ditadura fascista, consolidá-la mediante sua institucionalização. Obtido o "consenso" dos grupos militares, Geisel começou a trabalhar na execução dessa tarefa primordial, decisiva. Simultaneamente, tratava de montar sua própria máquina administrativa e política. De saída, sob o pretexto de "realismo", "reajustes" e outras correções, adotou no terreno econômico medidas perniciosas aos interesses nacionais e populares. No plano político, preconizando o diálogo e pedindo tempo e paciência, indicou os novos governadores e vem formando um dispositivo com elementos que lhe sejam fiéis. Aboliu de uma penada o que restava da pseudo-autonomia dos Estados. Na prática, não admite liberalidade com a oposição. Mandou processar o deputado Francisco Pinto a fim de cassar-lhe o mandato. Persiste na censura à imprensa e aos demais meios de comunicação. O assassinato de patriotas não cessou. No âmbito da política exterior, aplicando a linha do "pragmatismo responsável", realiza toda espécie de relações suscetíveis de render lucros para as empresas capitalistas, sobretudo as estrangeiras, e para os grandes fazendeiros, assim como procura favorecer seus propósitos expansionistas. Na área militar, cuida de promover e colocar em postos de comando, oficiais de sua confiança. Procedo do mesmo modo em relação ao aparelho repressivo o qual deseja ter sob seu inteiro domínio.

É evidente que, ao tomar essas providências, Geisel não teve em conta os anseios das massas. Também frustrou ou prejudicou, de certa forma, os interesses das camarilhas militares e políticas que deixaram o governo. Aguçaram-se, assim, os antagonismos entre a ditadura e a oposição popular. E surgiram igualmente atritos entre as facções que sustentam o regime. Eram dificuldades previstas, inevitáveis, que tendem a aumentar.

Particularmente acirrada mostra-se a luta entre as camarilhas militares pelo controle dos órgãos especiais de repressão. Como se sabe, junto com as Forças Armadas, esses organismos encarregados da chamada segurança interna se constituíram nos pilares mais importantes do Sistema. Criados à margem da própria legislação em vigor, seu poder sobre a vida dos cidadãos é, a bem dizer, ilimitado. Implantam o terror e a ordem fascistas. Os Esquadrões da Morte, os Fleury, os Burnier e outros facinoras fardados e sem farda floresceu, de fato, sob seu amparo. São eles que simbolizam verdadeiramente a ditadura militar, na qual vêm pontificando os Médici, os Souza Melo, os Antonio Bandeira, toda uma súpica de conhecidos bandoleiros.

Continuação da página 3

Em consequência dos obstáculos que encontra para controlar algumas das áreas ainda dirigidas por oficiais ligados a outras camarilhas, Geisel sente-se ameaçado e trata de impor sua autoridade. Em outros termos, o assunto veio à baila através do pronunciamento do deputado do MDB, Lisâneas Maciel que ao denunciar o desaparecimento, nestes últimos meses, de diversos patriotas, comentou a existência de um verdadeiro poder paralelo, composto de torturadores e assassinos, diante do qual o governo se confessa impotente. Estranhou que Geisel insistisse em se apoiar em tais bandidos e temesse perder sua ajuda. Ante a gravidade da denúncia, o vice-líder da ARENA na Câmara dos Deputados, Prisco Viana, respondeu negando que o governo pactuasse com quaisquer violações dos direitos da pessoa humana. Reconheceu, contudo, que o "esforço" de Geisel para "normalizar a vida pública" se defrontava com "obstáculos". Pediu a colaboração de todas as forças da oposição a fim de "removê-los gradativamente". Embora não tivesse identificado esses "obstáculos", sabe-se que eles são formados pelos oficiais fascistas mais raivosos, que dominam os órgãos especiais de repressão. Esses setores, tidos como radicais, extremistas, fazem tudo para conservar a nação definitivamente sob sua tutela.

Geisel, em absoluto, não pretendia nem pretende enfraquecer o aparelho de repressão. E muito menos desmontá-lo. Tanto assim que o ministro do Exército, Sílvio Frota, baixou recentemente normas para seleção e inscrição de oficiais superiores que devem frequentar cursos da Escola Nacional de Informações, onde serão instruídos como torturadores e como espões na guerra contra o povo brasileiro. Geisel quer apenas manter os órgãos de segurança sob suas ordens. Compreende o papel que eles desempenham e a força que detêm. Portanto, não deseja que sejam manejados por grupos concorrentes ou eventuais adversários. Está ciente, ademais, que foram inspirados, patrocinados, financiados e organizados pela CIA para combater o movimento nacional e popular revolucionário.

Quando mais acesa estava a disputa entre as camarilhas militares e se configurava uma nova crise de Poder, apareceu no Brasil o general norte-americano Vernon Walters, vice-presidente da CIA, que viveu longo tempo em nosso país - desde antes da II Guerra Mundial até logo depois do golpe de 1964. Era adido militar da Embaixada dos Estados Unidos. Neste posto fez grande número de "amigos" justamente entre oficiais brasileiros que viriam a ser os arautos das teses e da política do Pentágono e os articuladores da queda de Vargas em 1945 e 1954 e da derrubada de Goulart. A este grupo pertencem os Geisel, Golberri do Couto e Silva, Cordeiro de Farias e outros. Graças a sua performance reacionária, Walters foi chamado a Washington, tornando-se um dos chefes da CIA. Devido a seus serviços no Brasil, fez parte, juntamente com a mulher de Nixon, da delegação que assistiu à posse de Geisel em março. É fácil perceber que a recente visita de uma figura desse quilate, por mais que quisesse despistar, se relacionou com problemas da alta política. Precisamente com os problemas das divergências nas áreas militares. Ele veio, por certo, dar mão forte a Geisel, aconselhá-lo como homem de confiança dos monopólios. Ao mesmo tempo, fez observações "in loco", mediu o grau da temperatura política ambiente, teceu novas intrigas.

Entretanto, o apoio do imperialismo ianque à ditadura militar brasileira não se reduz a isto. Para este ano, da verba de 5 bilhões de dólares destinada pelo governo dos Estados Unidos a "financiar a repressão a outros povos", conforme denúncia do senador norte-americano Alan Cranston, 70 milhões virão para o Brasil. Ao tentar refutar esta acusação, o Departamento de Estado acabou com firmando-a. Disse que "a ajuda a um país é determinada não pelo fato de ser este uma democracia ou uma ditadura, mas por uma série de razões que correspondem ao nosso interesse nacional". Nada mais elucidativo. Jamais tivemos dúvidas de que a instauração da ditadura militar e o emprego de métodos fascistas para sufocar os anseios de democracia e libertação do povo brasileiro correspondiam às conveniências dos trustes estadunidenses.

Que sentido podem ter, desse modo, os apelos do governo para que a oposição espere em silêncio e colabore em seus "esforços" tendentes à "normalização gradativa" da vida política? Só os ingênuos incorrigíveis ou os mal intencionados podem supor, nesta altura, que o regime dos generais ou as manobras de

Continuação da página 4

Geisel tenham em vista conceder direitos ao povo e preservar os supremos interesses nacionais. A briga entre as diversas facções militares se trava em torno de posições, por vantagens próprias, pela utilização dos métodos que consideram mais eficazes no combate as manifestações de operários, camponeses, intelectuais e, até mesmo, de liberais. Mas quando se trata de reprimir as massas, de reforçar a ditadura, as camarilhas se unem. Para que não haja ilusões, veja-se o que declarou o espoleta dos generais, Armando Falcão, numa solenidade de formatura de alunos da Escola Nacional de Informações. Segundo ele, a subversão deve ser combatida não como crime político, mas sim "como crime contra o Estado, a Nação, a Família e a Sociedade". Em consonância com essa teoria tirada do arsenal fascista, os órgãos especiais de repressão agora se dedicam a fazer desaparecer os adversários mais consequentes do governo, sem deixar vestígios. Quanto aos prisioneiros políticos que se acham recolhidos às penitenciárias, em promiscuidade com os presos comuns, vivem em condições tão revoltantes que o jornal reacionário "O Estado de S. Paulo" as julgou incompatíveis com "o mínimo que requer o respeito pela pessoa humana". Além disso, o ministério da Justiça cuida da elaboração de novas normas de tratamento para os presos políticos "recuperáveis", dando a entender que os "irrecuperáveis" serão eliminados.

O governo Geisel não está interessado em pôr um paradeiro à onda de arbitrariedades, injustiças e violências que se abate sobre o país desde abril de 1964. Aguardar isto dos generais e aconselhar que não se luta pela derrubada da ditadura é uma atitude falsa, nociva aos interesses do povo. A oposição popular deve desmascarar as manobras e a política de Geisel, tem de intensificar suas ações independentes e revolucionárias, como o único meio para conquistar os direitos democráticos e a independência da Pátria.

DEMOCRACIA DE FACHADA (Cont. da página 6)

Revelada a podridão do sistema no caso Watergate, os escribas dos banqueiros ianques procuram convencer que a saída de Richard Nixon demonstra plenitude democrática - os corruptos ainda que nos mais altos postos são expurgados, como se a corrupção não fosse uma constante na sociedade capitalista e na direção dos negócios públicos. Tratam de apresentar a decadência como vitalidade, o crime como virtude, a libertinagem política como modelo de democracia. Invejável modelo! Mero instrumento de domínio de um punhado de magnatas ávidos de grandes lucros e capazes de todas as misérias. Por mais, no entanto, que exercitem a imaginação para tentar confundir seus leitores, é impossível esconder que Watergate não é o acidente, mas o corriqueiro; e que as acusações que pesaram sobre o presidente afastado não constituem caso isolado, mas a regra entre os que dirigem o país. A superestrutura estatal norte-americana reflete a infraestrutura de um capitalismo agonizante, em decomposição. Por isso, a folha de parra que a propaganda utiliza não consegue ocultar a nudez monstruosa de um regime caduco, condenado como um dos mais bárbaros, desumanos, sanguinários e exploradores que a História registra.

Saiu Nixon, entrou Ford. Mas a equipe nixoniana de governo continua... Gerald Ford não é muito diferente de seu antecessor. Talvez menos impudente e mais hipócrita, retrógrado até a medula dos ossos. Reúne, porém a qualidade indispensável: obediência a seus amos. Após empossar-se no cargo, dirigiu-se à nação para dizer que ia prosseguir com a política em vigor e tratou de elogiar aquele que, pouco antes, se retirara da cena como indigno do posto. Pediu preces por ele. Também se dirigiu aos "aliados" para tranquilizá-los. Enviou mensagens à União Soviética, aos países do Tratado do Atlântico Norte, a Israel. Ao ditador Ernesto Geisel a firmou que "nossos interesses não foram nunca tão próximos quanto o são hoje". Em essência, nada mudou e nada mudará enquanto existirem e dominarem os gigantescos monopólios.

Ford poderá ter melhor sorte que Nixon. Quem sabe, completará o mandato e até mesmo obterá outra investidura, de quatro anos. Mas o imperi-

democracia de fachada

Murcho, cabisbaixo, pesaroso por perder o cargo, Richard Nixon deixou a presidência dos Estados Unidos. Durante seus últimos meses de governo viveu atormentado pelo fantasma do impeachment. Finfiu, mentiu, ameaçou, posou de estadista, abraçou-se com gregos e troianos tentando permanecer na Casa Branca. Jurou inocência na tramóia de Watergate. Logo depois admitiu culpabilidade. Asseverou enfaticamente que as gravações de conversas com seus auxiliares nada continham que o comprometessem. Em seguida recusou-se a entregá-las à Justiça. Obrigado a fazê-lo, rasurou-as cuidadosamente. Nixon apareceu de corpo inteiro: corrupto e corruptor, sonegador de impostos, falsário, trampolineiro, vigarista de marca maior. E mais do que isto: assassino e criminoso de guerra. Num relance, milhões de pessoas puderam ver o estofado moral do presidente da mais forte potência capitalista do mundo.

Este politiquieiro velhaco há seis anos governava os Estados Unidos. Não faz muito, foi reeleito por "maioria esmagadora". Nixon é produto acabado da chamada democracia norte-americana plasmada pelos trustes e monopólios que dominam os órgãos de propaganda, o aparelho eleitoral, o sistema bipartidário, a vida de cada cidadão. É a democracia da mentira e do engodo, da liberdade de fachada, do voto falseado. Nos Estados Unidos mandam os trustes. São eles que indicam quem deve ocupar os cargos importantes. Nas eleições, o povo não tem meios nem condições de manifestar sua vontade, de evitar a opção entre os candidatos impostos pelos partidos Democrata ou Republicano, ambos manipulados pelos detentores do capital financeiro. Estas duas quadrilhas de especuladores políticos alternadamente se apossam do governo e o exploram pelos meios e para os fins mais corruptos. A nação norte-americana se vê impotente diante da maquinação dos grandes consórcios que a dominam. Foram estes que elegeram Nixon e dele se serviram por longo período. Agora, decidiram substituí-lo. Sua orientação governamental, embora belicista, causava, ao que parece, desconfiança de que pudesse levar a um enfraquecimento relativo dos Estados Unidos frente a seus adversários mais temíveis, especialmente a União Soviética, na competição pela hegemonia mundial. O amigo de Brezhnev se havia desgastado perigosamente. E de sua face de quadrilheiro iam caíndo os últimos disfarces. Transformou-se assim num alvo destacado para o ataque de seus opositores do Partido Democrata. Já não convinha a seus patrões sustentá-lo na curul presidencial. Despediram-no como a um reles empregado que, todavia, enriquecera ilícitamente no serviço público.

Meses antes, Spiro Agnew, anticomunista furioso, ferrenho partidário da guerra contra os povos da Indochina, também renunciara. Era o vice de Nixon. Ladrão e trapaceiro, tornara-se tão descarado que já não havia maneira de defendê-lo. Após sua demissão, a Ordem dos Advogados de seu Estado natal proibiu-o até mesmo de exercer a profissão. Nas últimas semanas, envolvido em caso de suborno, salientou-se o nome de John Connally, ex-secretário do Tesouro da Administração Nixon, o qual, astutamente, abandonara a função. Um trustee de laticínios ianque revelou que lhe entregara 10 mil dólares para conseguir (e conseguiu) o aumento no preço de seus produtos. E esse tipo era o guardaio do Tesouro...

Assim é a democracia estadunidense: um reduto de malfeitores. Deprayada, apodrecida, dissimulada, expressa os métodos mais repugnantes de dominação. Existe tão-somente para os poderosos. Aparentemente, funcionam três poderes independentes entre si. Na realidade há um só poder: o da oligarquia financeira. No interesse dessa oligarquia é que sobem no palco político ou descem as figuras "proeminentes" do país. É para enriquecê-la continuamente que tais figuras movimentam a máquina administrativa e militar dos Estados Unidos, realizam a política de saqueio e opressão de povos, esmagam rebeliões nacionais, associam-se a outros bandidos no plano internacional para alcançar o domínio do mundo.

Em Defesa Do Povo Pobre e Pelo Progresso Do Interior

Programa da UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO - organização de massa surgida após a resistência armada do Araguaia - lançado em 1972.

Nada mais difícil, mais duro, mais sofrido que a vida de milhões de brasileiros pobres do interior do país. Carecem de tudo e não têm nenhum direito, encontram-se em completo abandono. Particularmente no Norte e Nordeste, as condições de existência são as piores possíveis. Vive-se no atraso e na ignorância. O interior está parado, não conta com o auxílio de ninguém.

A terra está nas mãos de uma pequena minoria. Para usá-la, o lavrador tem que se sujeitar ao pagamento da meia ou da terça. As terras devolutas, onde o homem do interior ainda pode trabalhar, vão ficando cada vez mais longe dos povoados, da beira dos rios e das estradas. Os ricos tomam conta dos melhores terrenos. E os grileiros expulsam constantemente, com a polícia e os jagunços, antigos e novos moradores. Para as matas do Pará, em número sempre maior, chegam lavradores de outros Estados, enxotados pela miséria e pelos donos da terra. Já estiveram em diferentes lugares, rolaram pelo Maranhão, Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia e Goiás. Tampouco no Pará encontram sossego.

O lavrador, ajudado pela mulher e os filhos, trabalha sem descanso e o resultado de seu esforço não dá para atender as suas menores necessidades. Muitas vezes é obrigado a vender o que era preciso guardar para a alimentação do dia de amanhã. Mais tarde, vai comprar o mesmo produto pelo dobro ou pelo triplo do preço que vendeu. No trabalho da roça, não conta com o veneno contra a formiga, a máquina de semear, a lona para bater o arroz. Por isso, boa parte da plantação é destruída pela praga, o plantio é feito com o facão e a apanha do arroz realiza-se com a participação de outras pessoas que recebem, em troca, um terço ou a metade do que colheram. Quando o lavrador consegue boa safra, tem dificuldades para transportá-la porque não possui animais. Então os compradores disto se aproveitam para pagar uma insignificância pelo que foi obtido com tanto sacrifício.

A produção do lavrador não alcança o preço que merece. O arroz, o milho, o feijão e a farinha aumentam muito pouco de valor. Mas os preços dos produtos que vêm das grandes cidades, como o café, o açúcar, o querosene, as ferramentas, a roupa, o sabão e os remédios elevam-se de mês para mês. Hoje, é preciso muito arroz para comprar um quilo de café. É mais de uma quarta de farinha para adquirir um único facão. Forçado pela necessidade, o lavrador vende os seus produtos na folha, com grandes prejuízos.

Os moradores do interior têm vontade de arranjar trabalho para ganhar algum dinheiro. Mas, em geral, não o conseguem. Em regiões do Pará, Goiás e Mato Grosso só obtêm emprego nas grandes fazendas, nos castanhais, nos seringais ou nas companhias madeireiras, onde são terrivelmente explorados. Frequentemente, nas fazendas, companhias madeireiras e seringais, não recebem seus salários ou os recebem com grande atraso. É comum o pagamento em bagulhos, demasiado caros, chegando a ultrapassar o dobro dos preços correntes. Há casos em que as companhias ou seus empreiteiros, para não pagar o que devem aos trabalhadores, mandam matá-los. Nas zonas da castanha, a situação não é melhor. Os castanheiros, apesar do duro trabalho de vários meses, raramente retiram saldo compensador. São roubados de todas as maneiras. Recebem por hectolitro de castanha quantia muito inferior à cotação de Marabá, para não se falar na de Belém. O hectolitro, ao invés de ter a medida certa de 6 latas de querosene sem caculo, é de 6 a 7 latas deformadas e com caculo. O barracão do castanhal cobra absurdos pelos mantimentos que fornece ao castanheiro

Continua na página 8

Continuação da página 7

A difícil situação dos moradores do interior é seriamente agravada pelas doenças. Sempre os acompanham as febres. Às vezes é uma família inteira que se vê atingida. A chamada Campanha de Erradicação da Malária (CEM) só existe no papel, não traz nenhum benefício para o povo. Antigamente, ainda distribuía remédio. Atualmente nem isto faz. As crianças são atacadas pelos vermes e o custo dos lombrigueiros é alto. Outras doenças, como o lecho (leishmaniose), as curubas, peribas ou feridas, a desintéria amebiana, a dor de pontada (pneumonia), a sífilis e as moléstias venéreas, afetam a saúde de quase toda a população. Muitas são as mulheres que morrem de parto ou ficam inutilizadas depois do parto por falta de assistência e recursos médicos. Crianças nascem mortas ou morrem em grande número logo após o nascimento. No interior, e sobretudo na roça, não há médicos nem mesmo enfermeiros. Morre-se à míngua por falta de tratamento ou de alimentação adequada em caso de moléstias facilmente curáveis.

Poucas são as pessoas que sabem ler e escrever. Os lavradores desejam que seus filhos estudem e costumam dizer que não querem que suas crianças fiquem analfabetas como eles. Mas não há escolas nem professores. Os meninos crescem sem ver um livro. Só as cidades possuem grupos escolares e os trabalhadores do campo não têm meios para alimentar seus filhos.

E como se todo este martírio não bastasse, o homem do interior sofre ainda as arbitrariedades e violências da polícia. Qualquer soldado ou bate-pau pode prendê-lo sem razão, espancá-lo barbaramente, amarrá-lo como a um porco e até mesmo assassiná-lo. Pode tomar suas armas de caça, suas facas e facões. A polícia humilha os lavradores, arranca-lhes dinheiro e produtos. As diligências são caras e pagas pelos envolvidos nas questões, tenham ou não culpa, há ou não pedido a interferência das autoridades. Uma simples festa somente é realizada com a licença da polícia, que exige quantia elevada para dar a autorização. Muitos pais de família são afrontados pelos comissários e delegados. O povo não desfruta de qualquer liberdade, vive atemorizado pelos soldados, pistoleiros e jagunços. Não tem direito de se reunir livremente, criticar as injustiças e escolher as autoridades.

Coletoria e polícia andam juntas. Os impostos são arrecadados usando-se ameaças e efetuando-se prisões. Cobra-se imposto sobre tudo e os produtos são pesadamente taxados. Uma pequena quitanda paga imposto mensal acima de suas possibilidades. Os coletores se arvoram em juiz e decidem ilegalmente sobre questões de terra, dando ganho de causa a quem bem entendem. Empregam a polícia para expulsar moradores e garantem direitos aos que não o têm. Para eles, o que vale é o dinheiro e não a razão.

Enfrentando tantas dificuldades, os lavradores não sabem o que é bem-estar. Conhecem, como costumam dizer, tudo que existe de ruim na vida, só não conhecem o que existe de bom.

Nas pequenas cidades e nas corrutelas, a situação também é difícil. O governo não lhes dá nenhuma atenção. A única coisa que faz é cobrar impostos. Ainda que os municípios possuam algumas escolas, seu número é insuficiente. Não há postos de saúde pública, faltam médicos e os remédios custam preços tão altos que o povo não pode comprá-los. Os melhoramentos que existem nesses lugares foram feitos pelos seus moradores. Eles querem a construção de estradas, escolas, postos médicos, água encanada, calçamento das ruas, praças ajardinadas, luz elétrica.

Mas as prefeituras do interior têm pouco dinheiro. O grosso dos impostos arrecadados fica com os governos estaduais e federal. Mesmo a quota que cabe aos municípios é recolhida pelo Estado e só é liberada quando convém aos interesses dos de cima. Se o prefeito é do mesmo bando do governador ainda arranja alguma coisa. Nesta situação, as prefeituras pouco podem fazer. Não contam com recursos nem têm a seu cargo todos os ramos da administração. Até a polícia é nomeada pelo Estado, a qual, muitas vezes, entra em choque com os prefeitos. Uma simples estação rádio-emissora de pequeno alcance, para ser instalada e funcionar normalmente, depende da autorização do governo federal, que faz exigências sem cabimento.

Continuação da página 8

Nas cidades do interior, há poucos empregos e a maioria da população não encontra trabalho. Os rapazes e as moças levam uma existência sem futuro. Não têm onde praticar esportes ou se divertir, não têm condições de adquirir instrução ou melhorar seus conhecimentos. Falta-lhes tudo que constitui a alegria de viver própria da juventude. Seu destino é incerto, particularmente o das moças, muitas das quais acabam na prostituição. Os jovens, assim que podem abandonam as pequenas cidades em busca de serviço.

Esta a triste situação do interior. Os governantes nunca se interessaram pela sorte do povo e pelo progresso das regiões atrasadas. Deixam o campo no completo esquecimento. Depois que os militares se apoderaram do governo, em 1964, a situação dos moradores do interior tornou-se pior. Aumentou a miséria, cresceu a perseguição contra os pobres. Nos últimos tempos, os generais vêm falando em ajudar as zonas rurais, mas o que eles ajudam mesmo são os grandes fazendeiros de café, os usineiros de açúcar, os poderosos do campo. Imensas áreas de terra são entregues de mão-beijada aos gringos norte-americanos quando é sabido que a grande maioria dos lavradores não possui terra para trabalhar. As ricas jazidas de minério da Serra Norte, não muito distante de Marabá, foram cedidas criminosamente a um grupo de grandes capitalistas dos Estados Unidos. Os militares fazem também propaganda da construção da Transamazônica. Mas esta estrada não resolverá os problemas da região. Serve de caminho aos grileiros que já estão em plena atividade, apossando-se de léguas e léguas de terra e pondo para fora antigos moradores. O lavrador para conseguir uma roça ao longo da Transamazônica tem que se submeter ao controle policial e ao sistema de colônias imposto pelo governo que lhe tira toda a liberdade e não lhe traz maiores benefícios. Este sistema já foi empregado em Dourados (Mato Grosso) e em Ceres (Goiás) e nada adiantou. Os camponeses continuam a viver na pobreza.

O governo e os exploradores costumam dizer que a culpa pela situação atual é do interior e dos lavradores e do povo que, segundo eles, não gostam de trabalhar. Será verdade que o homem do interior não trabalha, não se esforça para ter uma vida melhor? Ele trabalha até demais. Só ele sabe o quanto é duro cuidar de uma roça. Para conseguir o arroz, o milho, o feijão, a farinha tem de brocar, derribar, queimar, encoivarar, cercar, plantar, limpar, combater as pragas, colher. E tudo isto no braço, usando unicamente o machado e o facão. Não é qualquer um que enfrenta trabalho tão pesado. Além disso, planta fruteiras, cria galinhas e porcos, abre caminhos, amansa os lugares. Na época da castanha, mete-se na mata, suporta chuva continuada, corre risco de ser atingido por um ouriço que pode mata-lo ou aleijá-lo, enfrenta o penoso trabalho do corte e transporte da castanha. Na extração da madeira, deruba, a golpes de machado, grossos e altos troncos de mogno, arrasta-os na selva e lança-os nos rios e igarapés. Com seu trabalho contribui para o bem geral, mas quase nada recebe em troca. Faz a fortuna de muitos, mas vive no atraso e na pobreza.

A causa da situação em que se encontra o interior é outra. Quem manda no país são os gringos norte-americanos, os latifundiários e grandes capitalistas que de brasileiros só têm o nome. Eles são os donos das grandes fazendas, fábricas e usinas, dos bancos e meios de transporte. Só se preocupam em ganhar mais dinheiro, explorar o povo e em roubar as riquezas do país. O governo está nas mãos deles e faz o que eles querem. As Forças Armadas servem seus interesses e por isso voltam-se contra as massas. O povo não tem vez, vive no cativeiro. Enquanto eles dominarem, o Brasil continuará atrasado e o interior em completo abandono.

O interior só pode sair da situação atual quando houver uma revolução popular que liberte o Brasil dos imperialistas norte-americanos, derrube o governo dos inimigos da Pátria e acabe com a ditadura dos militares, uma revolução que estabeleça um governo do povo. Então mudará inteiramente a vida do país. Os camponeses terão direito à terra, os operários obterão trabalho e melhores condições de vida, os jovens poderão adquirir instruções, todos os brasileiros gozarão de plena liberdade. O Brasil avançará soberano pelo caminho do progresso, livre da dominação estrangeira. O interior conhecerá novos dias, de prosperidade e bem-estar geral.

Continuação da página anterior

Mas a vitória da revolução não se consegue sem luta. Os poderosos não dão nada à pobreza. É preciso enfrentar os inimigos e combatê-los sem descanso. Se os escravos não tivessem lutado, ainda hoje haveria escravidão. O povo do interior tem que se levantar para exigir seus direitos. E juntar-se aos trabalhadores das cidades, aos estudantes, a todos os revoltados que já estão lutando. Unidos serão uma força invencível. Unidos conseguirão libertar o Brasil. Unidos conquistarão o seu próprio governo, um governo popular revolucionário.

A união do povo do interior tem que ser feita partindo de suas reivindicações mais sentidas e imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais os problemas que mais sente? Ele quer:

1. Terra para trabalhar a título de propriedade de sua posse.
2. Combate à grilagem com a punição severa de todos os que grilarem terras.
3. Preços mínimos compensadores para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos que vigoram nos grandes mercados de consumo. Criação de entrepostos do Estado que adquiram pelos preços fixados todos os produtos que lhes sejam oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com pequena margem de lucro e também a prazo, ferramentas, adubos, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para as colneitas de arroz, moinhos etc.
4. Facilidades para o escoamento da produção através de diferentes meios de transporte e financiamento ao lavrador para a compra de animais.
5. Proteção à mão-de-obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que corresponda, no mínimo, a um terço da cotação de Marabá fixada pelo governo. O hectolitro oficial deve ser de 6 latas de querosene sem caculo e sem deformação das latas. O preço das mercadorias aviadas nos barracões não pode exceder em muito ao preço vigorante nas cidades e corrutelas próximas. O pagamento ao castanheiro deve ser feito no local do serviço. Os trabalhadores da extração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no fim de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários em espécie ou bagulhos.
6. Direito aos garimpeiros de trabalhar livremente e regulamentação de sua atividade, impedindo-se que sejam espoliados na venda dos bens obtidos no garimpo.
7. Liberdade de caça e pesca para a sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais abatidos para o consumo. Proibição da matança generalizada da caça com o único objetivo de comercializar as peles.
8. Liberdade para colher, quebrar e vender o babaçu.
9. Redução dos impostos tanto para a lavoura como para o pequeno comércio. Liquidação do sistema de multas das coletorias e de cobrança de impostos com o auxílio da polícia.
10. Direito a todo lavrador ou trabalhador da mata de possuir sua arma de caça e de defesa pessoal.
11. Assistência médica feita através de postos instalados em zonas e distritos e também de postos-volantes montados em barcos e caminhões. Serviço médico gratuito para as doenças endêmicas da região e pago, a preço módico, para as doenças evitáveis, como a sífilis. Combate sistemático e eficaz à malária e à verminose.
12. Criação de escolas nos povoados, nas margens dos grandes rios, nas proximidades de várias roças, com o fornecimento gratuito do material escolar. Construção de internatos para a alfabetização das crianças que moram longe das escolas, cujos cursos devem ter a duração de 8 a 10 meses.
13. Cessação das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar diligências, autorização para festas, carceragem, nem prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não pode bater nos presos, nem tomar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de uso do homem do interior. Os policiais são obrigados a manter atitude de respeito ao lavrador e sua família, bem como em relação às mulheres.
14. Casamento civil e registro de nascimento gratuitos.

Continuação da página anterior

15. Proteção à mulher. Direito à mulher, no caso de separação do marido - ou do companheiro, à parte que lhe cabe na produção ou nos bens do casal, de acordo com o seu trabalho, direto ou indireto, na obtenção - desta produção ou destes bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos - para formar novas parteiras e melhorar os conhecimentos técnicos das que trabalham na região, a fim de garantir melhor assistência às mulheres que derem à luz.
16. Trabalho, instrução e educação física para a juventude. Estímulo ao desenvolvimento do esporte, com a construção de campos de futebol, quadras de basquete, pistas de atletismo e outras iniciativas. Ajuda à fundação de clubes, centros recreativos e culturais e à construção de suas sedes.
17. Respeito a todos os cultos religiosos, não sendo permitida a perseguição de qualquer pessoa por motivo de prática religiosa, inclusive da que professa a pagelança, o terecô, o espiritismo, desde que esta prática não cause dano ao indivíduo.
18. Ampla liberdade para reunir-se, discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e sindicatos, eleger seus representantes sem pressão de qualquer natureza.
19. Comitês Populares eleitos diretamente pelo povo para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que dizem respeito à coletividade e resolver as desavenças surgidas entre moradores. Os Comitês estabelecem, de comum acordo com o povo, as normas de proteção às roças contra a invasão do gado, porcos e outros animais, assim como - indicam a forma de criá-los sem prejudicar os interesses coletivos.
20. Eleição livre do Prefeito e de um Conselho Administrativo nos municípios, bem como de Comitês Populares nos bairros das cidades.
21. Emprego de boa parte dos impostos recolhidos nos municípios no desenvolvimento das cidades e vilarejos. O governo federal e o governo estadual devem ajudar os municípios na construção de estradas, pavimentação de ruas, instalação de luz e água, manutenção de escolas e execução de serviços médicos.
22. Planos de urbanização e desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas de moradia. Estímulo à criação de bibliotecas e rádio-emissoras locais, não sendo necessária permissão das autoridades para o seu funcionamento.
23. Distribuição anual entre os moradores, para serem usadas por um ano - como roças, das terras devolutas situadas em torno das corrutelas e pequenas cidades.
24. Aproveitamento racional das grandes áreas não-cultivadas em volta das cidades e vilarejos para a criação de granjas e plantações rendosas, a fim de garantir trabalho e meios de vida à população.
25. Defesa da terra dos índios, respeito aos seus hábitos e costumes e ajuda do governo aos indígenas.
26. Obrigatoriedade de reflorestamento e pleno aproveitamento das árvores derrubadas na extração da madeira em grande escala. Beneficiamento da madeira feita na região para incentivar o seu progresso. Pertence ao posseiro a madeira existente em sua terra.
27. Respeito à propriedade particular que não prejudique à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, às pequenas e médias indústrias e ao artesanato.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas e dirigir a revolução popular, acredita que estes 27 pontos resumem as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Não incluem tudo o que ele almeja e a que tem direito. Representam, no entanto, o mínimo por ele exigido nas condições atuais. Por isso, a UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO considera que este é um programa em defesa da pobreza e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofredor - os lavradores, os castanheiros, os tropeiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra do babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim todos os que querem o progresso da região e a felicidade de seus moradores.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO convoca a todos, homens e

Continuação da página 11

mulheres, jovens e velhos para lutar com energia e entusiasmo por este programa de reivindicações mínimas. Chama os habitantes do interior a ingressar em suas fileiras e a levar adiante a revolução popular. É hora de decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e para pôr fim à vida de padecimentos sem conta dos milhões de brasileiros esquecidos, humilhados e explorados. A revolução abrirá o caminho para a completa emancipação nacional e para a liquidação das injustiças sociais.

Até agora o povo tem sido tratado como escravo. Chegou a sua vez de se levantar para varrer com os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO

" A experiência de meio século revela que o campo é o problema-chave da revolução. Os movimentos progressistas e revolucionários nas cidades não lograram êxito nem tiveram maior consequência porque não contavam com um combativo movimento camponês. O campo permaneceu atrasado em relação às cidades no que se refere ao nível de consciência, de luta e de organização. Por isso não teve participação de maior vulto nas grandes ações políticas que se desenvolveram no país. Para alcançar a vitória, a revolução tem que contar com o apoio e a ação do campesinato".

" Encontram-se no campo as massas mais pobres e oprimidas do país, desprovidas de tudo. São vítimas de arbitrariedades de todo tipo, não gozam de nenhum direito. O interior está abandonado e seu atraso é secular. Existe, assim, no campo imenso potencial revolucionário. Os camponeses estão profundamente interessados na derrubada do atual regime e na instauração de um governo realmente popular capaz de realizar profunda reforma agrária e de acabar com a difícil situação em que vivem".

" Em todo movimento de massa, os comunistas devem ter sempre presente a elevação da consciência política das massas. Para isto não são suficientes a agitação e a propaganda revolucionárias e nem mesmo a luta armada no país. Os comunistas têm a obrigação de ajudar as massas a fazer a própria experiência. Enquanto estas não estiverem convencidas da solução revolucionária, é preciso fazer com que, através de sua prática, se convençam da necessidade da revolução. Neste sentido, tem grande valor a luta pelas reivindicações econômicas, políticas e sociais, utilizada como fator de mobilização e educação das massas".

Do Documento CINQUENTA ANOS DE LUTAS, editado em março de 1972 pelo PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL.

DEMOCRACIA DE FACHADA (Continuação da página 5)

alismo ianque, este, não terá uma perspectiva risonha. Seus males se tornam sempre mais agudos. Vive a última fase da existência, lacerado pelas chagas putrefactas de sua decomposição inevitável. Acossado pela luta dos povos, será esmagado pela classe operária, vanguardeira das idéias socialistas, pregoeira da construção de uma sociedade livre da peste do capitalismo, das guerras injustas, da reação obscurantista, da exploração de todos os tipos.